

As bases fenomenológicas da Geografia

EDWARD C. RELPH

Fenomenologia tem a ver com princípios, com as origens do significado e da experiência. É concernente a fenômenos tais como ansiedade, comportamento, religião, lugar e topofilia, que não podem ser compreendidos somente através da observação e medição, mas que “devem primeiro serem vivos para serem compreendidos como eles realmente são” (Wild, 1963:20). Tais fenômenos da experiência são a substância de nossos envolvimento no mundo e constituem as bases do corpo formal de conhecimento que designamos de “*Geografia*”.⁽¹⁾ Assim Eric Dardel, de quem falarei mais adiante, escreveu:

“Geografia não é inicialmente uma forma de conhecimento, realidade geográfica não é primeiramente um “objeto”, espaço geográfico não é um espaço em branco esperando para ser colorido ou preenchido. Ciência geográfica pressupõe um mundo que pode ser entendido geograficamente e, também, que o homem possa sentir e conhecer a si como sendo ligado a Terra” (Dardel, 1952:42).

Neste artigo meu propósito é esclarecer os traços principais das bases experimental e fenomenológica da *Geografia*: essas experiências de lugares, espaços e paisagens, tanto as agradá-

(1) O termo “geografia” tem pelo menos quatro significados distinguíveis, e nesse artigo uso as seguintes notações tipográficas para diferenciá-las:

GEOGRAFIA — a disciplina acadêmica administrativamente distinta;

Geografia — um corpo formal de conhecimento tratando com arranjos espaciais, relações homem-natureza ou semelhante;

Geografia — o arranjo espacial e cartográfico específico das coisas, regiões ou nações;

geografia — o padrão pessoal de atividades e encontros com lugares e paisagens.

N.R. Traduzido da *Discussion Paper Series* n.º 21, do Departamento de Geografia da Universidade de Toronto, dezembro de 1976. Título do original: — “The phenomenological foundations of Geography”. Tradução de Herbert Sílvio Augusto Pinho Halbsgut e revisão técnica de Antônio Christofoletti.

veis como desagradáveis que todos têm, embora não conheçam nada de *Geografia* como ciência formal. Essas origens pré-científicas têm sido reconhecidas por geógrafos de muitas convicções como, por exemplo, Sauer (1963:321), Vidal de la Blache (1913:299), a Ad Hoc Committee (1965:7 e 67-68), e Gould e White (1974) referem-se a elas especialmente em termos de senso de lugar. De fato, Christian van Paassen explicitamente reconheceu que a “ciência geográfica tem ... uma base fenomenológica; que, por assim dizer, deriva de uma consciência geográfica” (Paassen, 1957:21). Mas, consciência e experiência (os dois termos são virtualmente intercambiáveis em muitos escritos fenomenológicos e incluem encontros, envolvimento e consciência de todos os tipos) não têm inflamado os interesses de geógrafos e há poucas investigações da consciência geográfica. Possivelmente, apenas as de Lowenthal (1961) e Tuan (1974) são as mais conhecidas, mas embora sejam de valor inegável, não deixam de necessariamente ser interpretações limitadas com muitos pontos não examinados. Nesta oportunidade toco temas já discutidos pelos referidos autores, mas também amplio as suas interpretações. Em particular, faço uso explícito de idéias fenomenológicas do mundo-vivido (“life-world”) e dos métodos fenomenológicos; também argumento que as experiências variadas e mesmo contraditórias que nós temos de espaços, paisagens e lugares combinam as qualidades e aparências destes com os nossos modos e atitudes, e que essas experiências são fundidas em “geograficidade”, a base preconsciente e preconceitual da *Geografia*. Geograficidade não é primariamente ser agradável (como muitos dos escritos de Tuan e Lowenthal parecem sugerir) mas pode ser desagradável e “topofóbico”, tanto como “topofílico”. Finalmente desejo introduzir a consideração sobre a consciência geográfica feita por Eric Dardel em seu livro *L'Homme et la Terre: Nature de la Réalité Géographique*, publicado em 1952, ainda aparentemente desconhecido pelos geógrafos, mas é a descrição mais completa das bases fenomenológicas da geografia. Dardel combina efetivamente o trabalho de fenomenologistas, como Heidegger, Minkowski e Bachelard, com descrições de experiência geográfica feitas por poetas, romancistas e geógrafos como, por exemplo, Shelley, Rilke, Vidal de la Blache e Martonne. Neste ensaio utilizarei extensivamente muitas das considerações feitas por Dardel, na tentativa de identificar alguns dos muitos aspectos do mundo-vivido geográfico.

MUNDO-VIVIDO (“LIFE-WORLD”)

William James escreveu que “O mundo das experiências pessoais concretas ao qual a rua pertence é multifacetado atrás da ima-

ginação, entrelaçado, constrangedor e desorientado” (James, 1955:27). Ele estava descrevendo evocativamente o que fenomenologistas mais tarde vieram a chamar de “mundo-vivido” — aquele mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias, mas o qual tomamos por muito certo. É um mundo em acentuado contraste com o universo da ciência, com seus padrões e relações cuidadosamente observados e ordenados, e no qual uma rua é um pouco mais do que um espaço vazio entre duas linhas num mapa⁽²⁾.

Edmund Husserl, que iniciou o estudo do mundo-vivido em fenomenologia, asseverou vigorosamente que a ciência não somente se tornou muito deslocada de suas origens no mundo-vivido, mas está atualmente no processo de reconstituição do mundo-vivido em termos de suas próprias imagens científicas idealizadas (Husserl, 1970). O mundo-vivido tem de fato sido coberto com “um tecido de idéias”, que vêm sendo aceitas como a verdade, e a realidade é considerada como sendo as qualidades objetivamente demonstráveis dos objetos, enquanto o mundo-vivido é visto como subjetivo (no sentido pejorativo), transitório e trivial. Através da aceitação crescente de uma visão científica do mundo, os fatos imediatamente experienciados do mundo-vivido são vagarosamente transmutados em abstrações — indivíduos e grupos de pessoas tornam-se casos e exemplos de categorias, lugares tornam-se localizações. Ao mesmo tempo, o mundo-vivido perde seus significados para os objetos, comodidades e rotinas da vida diária numa sociedade comercial e burocrática. Mercadorias são adquiridas não por causa do seu valor intrínseco, mas por causa dos seus valores de troca ou porque estão na moda; elas são produzidas não pela habilidade, mas pela aplicação mecânica do trabalho; a vida torna-se uma sucessão de rotina, uma atuação em papéis convenientemente adotados. Heidegger (1962:168) chamou isso de “inautenticidade”; Marx (1972:100-109) descreveu-o em parte como “alienação” ou “afastamento”, mas por qualquer nome que seja conhecida, é uma atitude que envolve ulterior obscurecimento dos significados do mundo-vivido. O psiquiatra holandês J. H. van der Berg fornece exemplo apropriado:

“Muitas das pessoas que, no seu tradicional passeio nos Alpes, fitam extasiados para a neve dos topos da montanha e para o

(2) Isso é muito simples e aplica-se apenas à ciência das “regiões centrais” da experiência diária. A física das partículas apresenta algo diferente, porque no nível da escala subatômica muitos eventos e processos são paradoxais e reconhece-se que a observação objetiva é impossível. Em geral, o termo “ciência” neste artigo significa as abordagens racionais, semiconscientes, para o estudo do mundo, visando prover considerações e explicações sistemáticas e fatuais.

azul celeste da distância transparente, fazem então um senso de reverência . . . eles estão simulando uma emoção que verdadeiramente não sentem. Não é lícito simplesmente suspirar na visão de grandes paisagens e se maravilhar, para todo mundo ouvir, como se realmente valesse o esforço . . . (Berg, -965:206).

Em resumo, os significados originais do mundo-vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais; e apesar de vivermos nele, o mundo-vivido não é absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos. A dificuldade é como fazer isso sem destruir a riqueza e a complexidade dos significados. A descrição e a interpretação fenomenológicas oferecem métodos bem desenvolvidos para se realizar essa tarefa.

De modo algum duas considerações do método fenomenológico são semelhantes, e muitas são expostas num jargão que é difícil penetrar. Contudo, Don Ihde (1973:16), John Wild (1963:34-38) e Herbert Spiegelberg (1975:267) oferecem breves considerações sobre descrições fenomenológicas que ostentam correspondência muito acentuada entre si, e pela sua combinação é possível reconhecer os principais elementos desse método. Antes de tudo, a intenção é descrever, não explicar, fenômenos da experiência imediata e estes incluem literalmente qualquer coisa experimentada — lugar, silêncio, existência, contato interpessoal e o Gateway Arch, em St. Louis⁽³⁾. Para atingir essa finalidade é necessário, tanto quanto for possível, excluir as crenças nas explicações e considerações existentes e, igualmente, sobre os nossos próprios preconceitos, e tentar colocá-los na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno. Wild (1963:20) observou que “A habilidade para acompanhar imaginativamente os atos e atitudes dos outros é essencial a toda fase da pesquisa fenomenológica”. Contudo, isso não envolve necessariamente idealismo e a recusa de nossas próprias experiências, mas retroceder a elas e examiná-las com o que pode ser considerado semi-consciência não envolvida — uma aproximação que foi especialmente importante para Sartre (1965) e Merleau-Ponty (1962).

Da perspectiva dessa atitude relativamente pouco pressuposta, uma tentativa é feita para reconhecer a complexidade

(3)Ao enfatizar a descrição, a fenomenologia apresenta acentuada “semelhança de família” com análise conceitual. Em sua obra *Philosophical Investigations*, Wittgenstein escreveu que “precisamos abolir com toda explanação e apenas a descrição deve tomar seu lugar” (seção 109). Ele também escreveu: “Pense como muitos tipos diferentes de coisas são chamados “descrição” (seção 24). Tal como a fenomenologia, a análise conceitual aceita a complexidade e visa esclarecê-la.

e a variedade do fenômeno que está sendo descrito. Isso é feito pela adoção de muitas perspectivas (ou talvez na prática pelo uso da maior variação possível de fontes) e pela aceitação de ambigüidades e complexidades, do que procurando simplificar e resolvê-las. Contudo, desde que a experiência não é variada mas possui imagem e forma, devem ser procuradas consistências e estruturas nos significados do fenômeno. Estas são estabelecidas pela interpretação da evidência disponível — isto é, providenciando relato que se ajusta à evidência, de modo semelhante como o relato de um advogado ou de um historiador sobre um dado evento. Desta maneira, uma interpretação é, claro, sempre aberta a reinterpretação, à medida que surjam novos esclarecimentos ou que novas evidências se tornem disponíveis. Wild (1963:36) comenta: “Se elas são encontradas em toda parte, essas estruturas são claramente importantes. Mas elas não precisam ser universais para serem significantes. Elas podem apenas serem encontradas em um estágio do desenvolvimento humano, ou numa simples cultura, ou numa única pessoa. Mas, nesse caso, elas devem trazer significância para todos os homens”.

Tendo identificado e interpretado estruturas de experiência, torna-se possível examinar os caminhos pelos quais se constituem, onde elas se originam, como elas se desenvolvem e se transformam e, também, colocá-las num contexto ontológico mais amplo. Esta última fase do método fenomenológico é de considerável importância para filósofos e teólogos, mas tem relevância menos imediata para aqueles que estão relacionados com os aspectos social e geográfico do mundo-vivido⁽⁴⁾.

MUNDOS-VIVIDOS NATURAL, SOCIAL E GEOGRÁFICO

A aplicação dos métodos fenomenológicos ao mundo-vivido tem revelado numerosos aspectos e padrões da experiência, alguns relativamente óbvios mas outros, menos. Husserl (1970: 145-146) identificou dois componentes maiores do mundo-vivido, embora a distinção seja largamente temática e na experiência eles estão estreitamente inter-relacionados. Primeiro, há um mundo pré-determinado ou natural de coisas, formas e de outras pessoas, as quais possuem modos variantes de aparência, no tempo e no espaço; este é o mundo que vemos e sentimos, mas no qual estamos apenas implicados, porque se constitui numa situação necessária que nos é dada. Eliade (citado em Cirlot, 1967:178) descreve alguma coisa do caráter desse mun-

(4)Numa geografia compreensiva da consciência, isto pode não ser assim, mas uma consideração desses aspectos ontológicos está fora do objetivo do presente artigo.

do-vivido natural quando afirma: “O homem nunca escolhe um sítio, ele simplesmente descobre-o”; similarmente, Mikel Dufrenne (1967:39) sugere que a experiência estética da natureza é distinta porque não é precisamente delimitada como uma obra de arte, não há moldura nem é fixa, e a luz muda e as nuvens passam — “Aqui está o mundo real que é o espetáculo: presente e não representado”.

Em contraste com esse mundo natural pré-determinado há o mundo-vivido social ou cultural, o qual compreende “os seres humanos com toda ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos” (Husserl, 1970:146). O mundo-vivido social é o da intersubjetividade, linguagem comum, contato com outras pessoas, instrumentos, edifícios e obras de arte, tudo o que não é meramente pré-determinado mas usado, transformado e manipulado. Virtualmente, todos os estudos fenomenológicos do mundo-vivido social têm sido relatos sobre os modos de existência nele, e relacionados a problemas sociológicos e psicológicos, tais como o da intersubjetividade, mas não se preocupam em descrevê-los em si mesmos” (Gurvitch, 1970:37; Schutz, 1962). Há poucos relatos sobre as coisas do mundo-vivido cultural — os espaços, ruas, edifícios e paisagens — nas quais passamos a maior parte da nossa vida diária e que estão cheias de significado para nós, pois estamos estreitamente envolvidos com elas. Há uma dificuldade, todavia, no sentido de que esses aspectos não estão claramente confinados aos mundos-vividos sociais. Merleau-Ponty reconhece esta mistura e, conseqüentemente, as limitações da distinção inicial:

“Assim como a natureza acha seu caminho para o centro da minha vida pessoal e torna-se inextricavelmente ligada a ela, também os padrões de comportamento instalam-se no da natureza, sendo depositados na forma de um mundo cultural. Não tenho apenas um mundo físico, não vivo apenas no meio da terra, ar e água, tenho em torno de mim estradas, plantações, cidades, ruas, igrejas, implementos, um sino, uma colher, um cachimbo . . . Algumas maneiras de existência ou de vida podem achar seu lugar . . . na paisagem através da qual eu vagueio. O mundo cultural é . . . ambíguo, mas está presente (Merleau-Ponty, 1962:147).”

O mundo cultural ao qual Merleau-Ponty se refere tem, portanto, elementos natural e social pré-determinados, assim como as complexas misturas daquelas que ocorrem, por exemplo, nas modificações reais e simbólicas dos aspectos naturais, como o caso do Monte St. Michel ou a transformação do Grand Canyon numa atração turística. Nosso envolvimento com este complexo mundo cultural toma numerosas e diversas formas — estamos

implicados com ele através de nossos sentidos e movimentos e, através da linguagem e símbolos, o encaramos tanto individual e inter-subjetivamente, o encontramos espacial e temporariamente, desapaixonada e emocionalmente. Em resumo, o mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seu interesse.

Há comumente estruturas ou padrões experienciados nessas relações, e é uma dessas estruturas que constitui o “mundo-vivido geográfico”. Isto é, em seu sentido mais simples, o mundo experienciado como cenário, tanto o natural como o construído pelo homem, e como ambiente que provê sustento e uma moldura para a existência. Dardel (1952:47) escreve: “Geografia usualmente permanece reservada, mais vivida que expressada. É nos lugares onde vive e através do manejo dos campos, rios e pradarias, no curso de sua vida e no movimento de coisas e pessoas, que o homem externa sua relação fundamental com a Terra”. É o mundo-vivido geográfico que tem inspirado gerações de pintores de paisagens; os arquitetos, construtores de cidades e engenheiros têm procurado modificá-lo; os fazendeiros cultivam-no e inúmeras pessoas têm sentido uma necessidade de contemplá-lo, nele viajar e explorar na escala de vizinhança ou na expedicionária. Não há nada de misterioso, ou abstrato, ou exclusivo nesse mundo-vivido geográfico, embora ele tenha inspirado e influenciado numerosas religiões, filosofias e teorias; é simplesmente o mundo de espaços, paisagens e lugares, o qual todos devemos encontrar em nossas vidas diárias. “Na análise final”, Dardel pergunta retoricamente, “a geografia não é um modo particular de sermos inspirados pela terra, pelo mar, pela distância, de sermos dominados pelas montanhas, guiados por direções e tornada real pela paisagem?” (Dardel, 1952:54).

ESPAÇO/ESPAÇOS

Nós não defrontamos o mundo-vivido geográfico como sendo massa homogênea ou como sendo confusão de entidades individuais, mas estamos nele implicados de tal modo que para nós ele possui maior ou menor grau de ordem e compreensibilidade. Esta ordenação pode ser interpretada de muitos modos, por exemplo, em termos de familiaridade, e os espaços com os quais somos estreitamente familiares, são diferenciados daqueles com os quais temos apenas uma familiaridade passageira. Aqui desejo abordá-lo com referência a três fenômenos inter-relacionados da experiência, que podem constituir os pólos do mundo-vivido geográfico — espaço como experienciado, paisagem como a superfície limitante do espaço, e lugar como centros de signi-

ficado no espaço e paisagem (Tuan, 1975: 213-252)⁽⁵⁾. A identificação desses fenômenos necessita pouca justificação argumentada, porque uma reflexão momentânea revelará que qualquer experiência exterior ao lar (e muitas vezes até no interior) envolve esses três fenômenos. Mas eles são, claro, meramente um começo. O propósito agora é tentar explorar a sua natureza sem aceitar servil e inconscientemente as idéias convencionais sobre eles.

De uma perspectiva fenomenológica, os espaços não são vazios abandonados aos quais se atribuem, por vezes, qualidades e significados, mas são os contextos necessários e significantes de todas as nossas ações e proezas. Então, o espaço não é euclidiano ou alguma outra superfície ou forma geométrica, na qual nos movimentamos e que percebemos como sendo separada de nós. “Nós não somente apreendemos espaço . . . através de nossos sentidos” argue Georges Matoré (1962:22-23), “mas vivemos nele, nele projetamos nossa personalidade e a ele somos ligados por limites emocionais. Espaço não é exatamente perceptivo, sensorial ou representacional: ele é vivido”. E porque ele é vivido deve haver tantos espaços quantos forem as experiências espaciais; ou colocando diferentemente, como nossa consciência de espaço se modifica, então os espaços onde estamos mudam para nós suas qualidades e significações. Os fenomenologistas largamente reconhecem que essa consciência tem dois pólos (fundidos na realidade, mas analiticamente distinguíveis — o sujeito experienciando e a coisa experienciada)⁽⁶⁾. No espaço-vivido esses pólos podem ser identificados com o espaço que é (segundo a proposição de Merleau-Ponty (1962:140)) uma projeção do corpo e seu próprio interior, e um espaço que é [segundo o aforismo no Tao Te Ching (1975:165182), o de que a realidade de um vaso resulta de sua concavidade] “A concavidade do Mundo”.

Através de nossos sentidos estamos ligados ao espaço — nós penetramos e olhamos dentro dele, movemo-nos através dele, ouvimos e cheiramos através dele. “Não estou no espaço e tempo”, escreveu Merleau-Ponty; “Eu pertencço a eles, meu corpo combina com eles e os inclui” (Merleau-Ponty, 1962:140). Cada um de nós está, de fato, esticado ou estendido no espaço e há zonas ou horizontes do espaço que são estruturados com refe-

(5) Neste contexto, acrescentei paisagem e considereei abordagem muito diferente para espaço e lugar.

(6) Este é um dos traços principais de intencionalidade, que é discutido em todos os tratados da fenomenologia.

rência ao indivíduo perceptivo no centro⁽⁷⁾. Desta maneira, o espaço tem dimensões corpóreas de acima e abaixo, em frente e atrás, dentro e fora do trecho de influência, ao alcance e fora da visão ou audição. Essas estruturas perceptuais imediatamente possuem significado porque estão associadas com contextos cultural e individual mais amplos, de modo que as dimensões de segurança, escape e transcendência estão acima e em frente, enquanto aquelas de perigo, purgatório e aprisionamento estão abaixo e atrás.

Espaço é também estruturado pela projeção da imaginação. O espaço psíquico interior tem uma forma topográfica, como Gaston Bachelard (1969) habilmente demonstrou. Nossa imaginação conhece lugares seguros — como espaços, espaços miniatúra, espaços de imensidade íntima que são transmitidos dentro de formas físicas; o sótão torna-se um cenário para devaneios, recordações e armazenamento de memórias, enquanto o porão é parte das raízes de uma casa — escuro e cheio de forças subterrâneas. A imaginação pode até transcender o espaço físico. O escultor renascentista Benevenuto Cellini, abatido, com uma perna quebrada, num úmido e escuro calabouço, era capaz de escapar em espírito de seu confinamento através da leitura devotada de sua bíblia (Cellini, 1927:251-265). Similarmente, embora mais mundanamente, muitas vezes devaneamos e trilhamos além dos limites de uma escrivaninha ou biblioteca.

Sartre observou que muito da nossa consciência é indeterminado e nebuloso, e certamente temos pouca compreensão do espaço em si mesmo. Nós o conhecemos em relação a seu contexto — as montanhas, árvores ou construções que o limitam. Merleau-Ponty descreve uma situação específica:

Eu nunca vivo totalmente nas variedades do espaço humano, mas sempre estou profundamente enraizado num espaço natural e não-humano. Enquanto eu caminho através da Praça da Concórdia e penso em mim como totalmente englobado na cidade de Paris, eu posso repousar meus olhos numa pedra do muro das Tulherias; então, a praça desaparece e nada mais há além desta pedra. . . . (Merleau-Ponty, 1962:293).

O ponto da ilustração de Merleau-Ponty é importante, isto é, que os espaços da paisagem e do ambiente não são significantes e estruturados apenas pela percepção e imaginação, mas

(7) Por causa da clareza, eu não estou incluindo o tempo no texto que se segue. É aparente que experiências de espaços, paisagens e lugares são sempre experiências temporais em alguma forma e muitas vezes são profundamente afetadas por antecipações, memórias, senso de fluxo, de permanência ou de imediação.

também por aquilo que moldura aqueles espaços. Nesse último sentido, espaço é uma concavidade que é melhor entendida como tendo sido escoimada de formas materiais, e que sempre possui qualidades que derivam do encontro do espaço com as superfícies e formas limitantes (Ardalan e Bakhtiar, 1973). Espaço, portanto, não é vazio, nem um “tipo de éter no qual as coisas flutuam”, mas “o poder universal que lhes permite estarem conectadas” (Merleau-Ponty, 1962:243).

Como os espaços geográficos são enormemente diversos, ainda há consistências contextuais para esses espaços que fornecem alguma estrutura para as experiências que deles temos. Eric Dardel identifica cinco formas de espaço geográfico em termos de seus ambientes, embora não sejam consideradas como categorias mutuamente exclusivas e cada categoria admite uma variedade indefinida de experiências.

a) *Espaço material ou substancial*

Em toda parte o espaço geográfico é esculpido em matéria ou diluído numa substância móvel e invisível. É um penhasco, uma escarpa de montanha; é a areia de uma duna ou o capim da savana; o céu esfumaçado e escuro de uma grande cidade industrial ou a vaga do oceano (Dardel, 1952:9-10).

O espaço, nesse sentido, compartilha das qualidades dos objetos circundantes, de suas formas, cores e superfícies; é algo definido — um espaço aberto a cruzar, uma cadeia montanhosa a evitar, um vale ou cidade que encoraja interromper a viagem ou a lançar raízes. Na experiência, o espaço material tem uma substância que “recebe com agrado ou intimida a liberdade humana”, por estabelecer distâncias a serem cobertas, direções a serem seguidas, impedimentos a serem superados ou recursos a serem utilizados.

b) *Espaço telúrico*

Espaço geográfico não é apenas o das superfícies, mas tem a ver com profundidade, solidez e espessura. Espaço telúrico envolve uma experiência imediata na qual “sentimos a intimidade da matéria da crosta da terra, um assentamento de raízes, um tipo de base para a realidade geográfica” (Dardel, 1952:20). É mais aparente nas gargantas dos rios, nas cavernas, ou mesmo nos sulcos cortados por um arado. “Aqui”, escreveu Goethe sobre as rochas graníticas, “você repousa diretamente numa base que penetra nas mais profundas regiões da terra. ... Nesse instante as forças interiores da terra atuam sobre mim” (Dardel, 1952:21).

c) *Espaço aquático*

Se telurismo sugere solidez e durabilidade, o espaço da água está móvel e em fluxo. Francis Ponge (1972:49-50) escreveu: “A água é luminosa e brilhante, amorfa e fresca, passiva e persistente ... água cai todo o tempo, constantemente sacrifica toda forma, tende apenas a humilhar-se, aplainando-se no chão ... como os macacos de certas ordens”. Isso pode descrever a essência da água, mas o espaço aquático é imensamente variado; há espaço subaquático (“Eu nunca sou capaz de estar sobre a água sem desejar estar na água”, declarou Swinburne, in Dardel, 1952:26), o espaço de cachoeiras que fascinaram dezenove turistas, de riachos murmurantes, tormentas oceânicas e plácidos lagos. Porém, tudo isso tem alguma coisa em comum, pois como Dardel (1952:26) observa, o domínio da água está ao lado da vida — “Onde quer que a água esteja ausente, o espaço é de algum modo incompleto e anormal; desertos e superfícies secas dos platôs calcários muito naturalmente sugerem a idéia de morte”.

d) *O espaço do ar*

O espaço do ar é invisível e sempre presente, permanente e mutável, pois a névoa, nevoeiro, sol brilhante e sombra modificam a qualidade das paisagens que encontramos. O espaço do ar não é exatamente visual — “ele vibra e ressoa: é rasgado pelo trovão, geme numa ventania, é ritmado pelos sinos” (Dardel, 1952:33) e oferece imediata percepção da sua presença no cheiro do solo recentemente arado, do feno, no perfume da lavanda, ou no cheiro fétido dos pântanos de uma floresta equatorial. Em resumo, “O espaço geográfico é atmosférico: um elemento sutil e difuso no qual todas as feições da terra estão mergulhadas” (Dardel, 1952:32).

e) *Espaço construído*

Os espaços que encontramos em nossos mundos-vividos são, acima de tudo, espaços construídos — feitos pelo homem e, conseqüentemente, comunicando intensões e significados humanos. Esses espaços criados circundam-nos em todas as escalas e em muitas formas: estão para serem encontrados dispostos ao lado das estradas ou linhas de propriedade, através das quais “a intensão humana inscreve-se na terra” (Dardel, 1952:40) e nos espaços mais restritos das construções, cidades e metrópoles. Dardel argue que “A cidade não é um panorama numa simples vista. A cidade como realidade geográfica é a rua: a rua como o centro e cenário para a vida de todos os dias, onde o homem é

um transeunte, um residente, um artesão” (Dardel, 1952:38). Talvez isso seja menos verdadeiro para norte-americanos, para os quais a realidade geográfica é o edifício-bloco, as subdivisões, ou alguma combinação de escritório, via expressa e casa. Mas permanece o fato de que os espaços em que vivemos são definidos primariamente por superfícies circundantes, formas e cores das estruturas criadas pelo homem. E há, claro, uma diferença significativa entre esses espaços construídos que, conforme John McDermott (1974:259) sugeriu, tendem a ser fechados, fabricados e selecionados, e os espaços da natureza, que usualmente são experienciados como abertos, prontos e determinados.

O espaço geográfico é uma fusão dos espaços da superfície, telúrio, água, ar e construção com os espaços da imaginação e projeção. É sempre um espaço rico e complexo que é ordenado com referência às intenções e experiências humanas, porque estamos imersos e prolongados no espaço através de nossas ações e percepções. Não há nada obscuro ou abstrato nisso, porque é parte da experiência de todos os dias. Dardel reconheceu esse fato quando escreveu:

“Geografia sanciona uma fenomenologia do espaço. Em certo sentido podemos dizer que o espaço concreto da geografia liberta-nos do espaço humano infinito da geometria ou da astronomia. Coloca-nos em um espaço de nossas próprias dimensões, num espaço que se entrega a nós e que responde para nós. ... Espaço geográfico é constituído de espaços diferenciados, enquanto planície, montanha, oceano ou floresta equatorial. ... Espaço geográfico é único; tem seu próprio nome; Paris, Champagne, Saara, Mediterrâneo. ... É sólido, líquido ou atmosférico, largo ou estreito: se circunscreve e resiste (Dardel, 1952:35).

Os espaços-vividos da experiência geográfica são os *desta* rua da cidade, *deste* vale, *desta* paisagem. Todo espaço geográfico é idiossincrático para nós por causa da singularidade de suas formas, superfícies e cores, e devido às características das nossas associações com ele. Todo espaço geográfico também possui inumeráveis formas, porque nossos modos e propósitos se modificam e porque as estações e climas variam. Mas todo espaço geográfico também tem propriedades comuns com outros espaços, porque há uma referência humana comum, porque nossas intenções e experiências possuem consistência e porque há similaridades na aparência e no contexto. Em resumo, os espaços geográficos que experienciamos são únicos e não-únicos, persistentes porém mutáveis, parte de nós porém aparte de nós — isso nós sabemos e não há contradição.

Sartre assinalou que muitos dos nossos estados de consciência são indeterminados e nebulosos, e isso, talvez, não seja mais verdadeiro do que nossa apreensão do espaço (Murdoch, 1967: 87). Em contraste, estão os objetos tangíveis e combinação de coisas que limitam os espaços. Kenneth Clark (1949:1) começou seu estudo sobre *Landscape into Art* reconhecendo que “estamos circundados com coisas que não construímos e que têm vida e estrutura diferentes da nossa própria”. Esses ambientes palpáveis são paisagens, que não somente possuem conteúdo e substância mas também são os cenários significantes das experiências diárias e das excepcionais.

O termo “paisagem” está envolto de significados semi-preciosos. Talvez o mais comum seja o do panorama pastoril, ou cenário rural, à maneira da descrição que Humphrey Repton fez da vista obtida a partir da cabana, para a qual se retirou na velhice — “a alegre aldeia, a auto-estrada e aquela cena constantemente móvel” (Hyams, 1971:213). Nesses sentidos, paisagens são usualmente partes de ambientes, que você sai de casa para gozar. Paisagem também tem significados técnicos: na geografia freqüentemente tem uma conotação regional que é generalizada, como na “paisagem da Nova Inglaterra” ou “paisagem de Wales”; no tocante à paisagem, arquitetos se preocupam especialmente com padrões de vegetação e disposição das terras em torno dos edifícios. Mas em nossas confrontações espontâneas e diretas com o mundo-vivido, constantemente encontramos combinações dos artefatos feitos pelo homem e os aspectos naturais, e se as chamamos ou não de “paisagem”, elas constituem uma presença que pode estar ligada ou ser estranha a nós, mas que é inevitável. Paul Valery escreveu: “Quem quer que imagine uma árvore para si deve também imaginar um céu ou um fundo diante do qual colocá-la”⁽⁸⁾. Similarmente devemos reconhecer que não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem.

Cézanne, na tentativa de pintar as paisagens da Provença, tentou esquecer tudo o que havia aprendido da ciência e assim recapturar a estrutura das paisagens como um “organismo emergente, germinante” (Merleau-Ponty, 1964:17). É igualmente possível manter em latência os conceitos convencionais de paisagens, e perguntar o que é que experienciamos diretamente em nosso ambiente. Eric Dardel (1952:41) escreve: “Algo

(8) Fui incapaz de descobrir a fonte desta citação no trabalho de Valery, mas seus poemas e fragmentos são cheios de observações sobre espaço, lugar e paisagens.

mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento-vivido. Há uma ligação interna . . . que une todos os elementos”. Em outras palavras, todos os aspectos que habitual e intelectualmente separamos como árvores, casas, estações de gás ou outros, são fornecidos simultaneamente para nós e como um conjunto. Mas não há nada fixo ou imutável — pelo contrário, paisagem é uma “presença fluente”, que de imediato é global, dinâmica e cheia de significância (Schrag, 1969:23). À medida que nos movemos através da cidade, escreve o arquiteto Robert Venturi (1966: 27-38), “em um momento um significado pode ser percebido como dominante, e em outro momento um significado diferente parece tornar-se supremo”. Os significados mudam constantemente, e as aparências, sons e cheiros com os quais estão associados são parte integrante de nossa experiência que, geralmente, ficamos inconscientes delas.

A ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem e o envolvimento nela. A paisagem experienciada como imediatamente presente partilha do caráter da existência humana — incessantemente colorindo e sendo colorida por ela. É a escrita dos propósitos e experiências humanas sobre a terra e, portanto, constitui uma mensagem que pode ser decifrada. Isto pode acontecer subconscientemente, como J. E. Cirlot sugere, e as paisagens são em parte vistas e respondidas por um processo automático do subconsciente que lhes dá toda sorte de propriedades e valores simbólicos; desse modo uma paisagem de baixios pode ser experienciada subconscientemente como representando o que é vil e mal, ou profundidade, ou profundidade telúrica (Cirlot, 1962:179).

Na experiência semiconsciente a paisagem pode, claro, engendrar tantas respostas quantas forem as atitudes com respeito a ela. Mas nesta multiplicidade de experiências parecem ser dois os componentes identificáveis e, seguindo a muito ponderada linguagem de Heidegger, são a paisagem como obra de arte e a paisagem como instrumento (Heidegger, 1975: 28, 45-46, 64-65; Vycinas, 1969:13, 35). A natureza da paisagem como obra de arte é bem expressa em alguns versos no poema, endereçado a Uvedale Price por R. P. Knight, que foi escrito nos fins do século dezoito:

Whate'er its essence, or whate'er its name,
Whate'er its modes, 'tis still, in all, the same:
'Tis just congruity of parts combined
To please the sense and satisfy the mind. (Knight, 1975:37-40).

Em cada experiência estética, materiais e as formas parecem ser proeminentes, mas o seu caráter e a sua congruidade ou arran-

jo são nosso interesse primordial. Contudo, a experiência estética da paisagem nunca é concentrada, ou claramente definida, como a de uma obra de arte, mas sempre pode ser atrapalhada por elementos distrativos, sejam eles mosquitos ou nossos interesses para as condições de vida das pessoas que habitam aldeias charmosas mas muito insalubres. A despeito de tais distrações, paisagens freqüentemente propiciam experiências de êxtase estéticas; os estudos minuciosamente realizados por Marghanita Laski, sobre *Êxtase*, propiciam ampla evidência que a natureza (que em seu caso significa alguma coisa muito similar a “paisagem”, como a estou usando) foi a mais freqüente alavanca para o pico das experiências (Laski, 1961).

Paisagem como implemento envolve uma experiência mais puritana. “Paisagem não é em sua essência feita para ser considerada”, escreve Dardel, “mas antes é uma inserção do homem no mundo, um sítio da luta pela vida, a manifestação de sua existência e das dos outros” (Dardel, 1952:44). Isso aparentemente sugere que paisagens como implemento têm status ontológico superior ao da paisagem como obra de arte, embora isso não seja garantido e as duas devam ser entendidas como se combinando e reforçando uma a outra. Todavia, há uma diferença na ênfase, porque paisagem como implemento é conhecida através do uso e responde em termos de sua utilidade e, desta perspectiva, a matéria e as formas tendem a retrair-se para posição secundária. Como implemento, as paisagens possuem significado porque “implicam a totalidade da existência humana e sua ligação com a terra . . . a terra é o sítio, a base e os meios das suas realizações. Utilidade, então, significa muito mais que valor de troca ou recurso potencial, e inclui tudo o que tem a ver com manutenção das nossas vidas diárias, e com tudo o que tem significância para nós, porque estamos diretamente envolvidos com ela.

Paisagem como obra de arte e como implemento reflete ênfases diferentes em nossas intensões, que são fundidas e complementadas em nossas experiências de paisagens particulares. E são, claro, paisagens particulares, e não meramente paisagem na qual vivemos — paisagem que tem suas próprias características, seu próprio espírito íntimo, ao qual o poeta Gerard Manley Hopkins denominou de “*inscape*” (Grigson, 1962:21-23). Hopkins foi vago sobre o significado de *inscape*, mas não havia realmente nenhuma necessidade para oferecer uma definição clara porque, embora não possamos ser capazes de racionalizar e estruturá-la, cada um de nós é plenamente capaz de reconhecer, em algum grau, os *inscapes* e a natureza dos ambientes que encontramos. Isso é evidente porque cada paisagem tem seu próprio conjunto e contém significados específicos para nós em termos das nossas atitudes para com ela. E se confundimos pai-

sagens como as de duas subdivisões suburbanas ou de duas áreas florestais, isso é consequência de nossa falta de experiência para com elas, e atenção mais cuidadosa revelará sempre distinções. Claro que isso desmente que haja similaridades entre paisagens como nós as experienciamos. Qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras paisagens, porque estão compelidas a serem em parte compostas por objetos e formas similares e nós as vemos através dos mesmos olhos e com os mesmos preconceitos.

Mas de todas as nossas experiências com paisagens, talvez a do *inscape* seja a mais importante para nós, por ser ela que dá profundidade e significado às paisagens, e que nos liga a elas, por reforçar nossa individualidade com a sua individualidade. Jacob Wasserman declarou que “A paisagem na qual uma pessoa vive não emoldura simplesmente a pintura. Entra na sua verdadeira existência e torna-se parte dela” (Wasserman, 1947:332). Cézanne pensou algo similar, embora o expressasse de modo misterioso — “A paisagem concebe-se em mim”, ele escreveu, “e eu sou sua consciência” (Merleau-Ponty, 1964:17).

LUGAR/LUGARES

Não há limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados. Nem a relação entre eles é constante — lugares têm paisagens, e paisagens e espaços têm lugares. Culturalmente, lugar talvez seja o mais fundamental dos três, porque focaliza espaço e paisagem em torno das intenções e experiências humanas. Conhecemos o mundo pré-conscientemente através e a partir dos lugares nos quais vivemos e temos vivido, lugares que clamam nossas afeições e obrigações. Neste sentido (e há muitos outros) lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e de responsabilidade social. Martin Mayerhoff (1972:63) escreve: “O homem encontrou a si próprio achando seu lugar e ele acha seu lugar encontrando outros que precisam e que correspondem aos seus anseios”.

Eric Dardel similarmente admite o caráter original preconsciente do lugar como o ponto de partida da experiência geográfica. “Antes de mais nada, há esse “lugar” que não escolhemos, onde as bases de nossa existência mundana e da nossa condição humana se estabelecem. Nós podemos trocar de lugares, mudar, mas isso é ainda a procura de um lugar; precisamos de uma base para estabelecer nossa Existência e realizar nossas possibilidades, um *aqui* a partir do qual descorir o mundo, um *acolá* para o qual ir” (Dardel, 1952:56). Claramente, nesse contexto, “lugar” significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas

a tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e de segurança.

A necessidade de segurança nos lugares não é questão de escolha; a necessidade de lugar em geral e por lugares particulares é largamente pré-determinada. É imensamente difícil decidir de antemão em que tipo de ambiente você deseja viver, avaliar a qualidade dos lugares e selecionar o melhor, de acordo com um critério definido racionalmente. Você justamente conhece onde se sente em casa, ou vem a sabê-lo por um encontro direto, como Philip Oyler sentiu em sua primeira visão da Dordonha, a partir do Puy d’Issolud:

“Fiquei em pé por um longo tempo e sentei-me por um tempo mais longo ainda, nesse maravilhoso ponto... Eu sinto-me em paz. Mais do que a que eu sentia em casa... De fato, estava para tornar-se minha casa espiritual... por expressar, em outra forma, um modo de vida com o qual eu sinto profunda simpatia. (Oyler, 1950:41).

Enquanto deva haver necessidade quase universal para fixação num lugar, isso não tem necessariamente uma manifestação uniforme. Pelo contrário, tem um caráter enormemente variado. Dardel escreve que: “Para o homem, a realidade geográfica é primeiramente o lugar que está, os lugares de sua infância, o ambiente que lhe chama à sua presença. É a terra onde ele passeia ou ara, a borda do seu vale, ou talvez sua rua ou vizinhança” (Dardel, 1952:46). Em resumo, conhecemos lugares, não lugar, e enquanto há consistências em nossa maneira de conhecê-los, e como todo lugar é, em algum sentido, um centro, torna-se enganoso sugerir que para qualquer pessoa a fixação no lugar esteja diretamente relacionada com a duração da permanência, ou que a casa ancestral seja a única pedra lógica da experiência geográfica. Pessoas relacionam-se aos lugares em inumeráveis modos; alguns respondem e orientam-se em termos de lugares ancestrais, outros reagem a certos tipos de ambientes com os quais sentem uma forte harmonia e, então, movem-se livremente entre eles; para outros, ainda, o lugar que importa mais é onde suas primeiras memórias duráveis comecem ou, simplesmente, onde estão agora (S. D. R., 1975: 13(3))⁽⁹⁾. Não há, entretanto, simples generalização que possam ser feita sobre os modos pelos quais as pessoas se relacionam com o lugar ou, o que é mais importante, aos lugares. Os luga-

⁽⁹⁾Essa avaliação de atividades através de lugares é excelentemente ilustrada nas contribuições ao South Dakota Review, vol. 13, n.º 3, 1975. Essa edição foi dedicada ao “O senso de lugar dos escritores” e foi baseada numa pesquisa sobre poetas e romancistas americanos.

res que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nosso cuidado e responsabilidade, ou ainda pelo nosso desgosto, por eles. Se conhecemos lugares com afeição profunda e genealógica, ou como pontos de parada numa passagem através do mundo, eles são colocados à parte porque significam algo para nós e são os centros a partir dos quais olhamos, metaforicamente pelo menos, através dos espaços e para as paisagens. E se nos encontramos aprisionados pelas circunstâncias ou ambientes de nossa própria escolha, estamos sempre dentro dum lugar que é colorido por nossas intenções e experiências, que também as modificam.

GEOGRAFICIDADE, TOPOFILIA E TOPOFOBIA

As bases fenomenológicas da realidade geográfica consistem de três pilares: de espaço, paisagens e lugares, na medida em que são diretamente experienciados como atributos do mundo-vivido. As relações nessas experiências e entre os três componentes são chamadas de “geograficidade” (*geographicité*) por Eric Dardel (1952:2), que assinala: “... um relacionamento definido liga o homem à terra — uma geograficidade do homem que é o seu modo de existência e seu destino”. Isso não significa descrever alguma ligação romântica ou agrária entre o homem e a natureza, mas toda experiência ambiental, rural e urbana”. Tão modernos como nós somos, em medo ou admiração, ou simpatia, nós ainda participamos através de um acordo ou desacordo básico no ritmo do mundo circundante” (Dardel, 1952:7-8). Para o morador da cidade, essa participação é óbvia em termos de clima e progressão das estações, mas geograficidade significa mais que a feitura de roupas apropriadas. Refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas, e refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são “as bases e recursos da habilidade do homem” e para as quais há uma “fixação existencial” (Dardel, 1952:42).

Geograficidade é, assim, um termo que encerra todas as respostas e experiências que temos dos ambientes no qual vivemos, antes de analisarmos e atribuírmos conceitos a essas experiências. Todos devem conhecer lugares, responder aos espaços e participar na criação (ou destruição) da paisagem, meramente para ficar vivo; desta maneira a geograficidade é central nas experiências como, por exemplo, em admirar pôr-de-sol ou cenário agradável, em conduzir um carro através das ruas da cidade, ou em escolher uma área na qual comprar uma casa. Claro que as formas que ela pode tomar são imensamente variadas, a Dardel (1952:48) observa que “a cor com a qual a

realidade geográfica aparece para nós depende da preocupação e do interesse dominante que nos dirige a um encontro com coisas e pessoas específicas”. Mas a conexão fundamental da geograficidade é parte inevitável de nossa consciência do mundo-vivido. Talvez seja precisamente por ser tão universal e necessária que pode facilmente tornar-se submersa e tomada por certa. Dardel (1952:47) escreve: “A realidade geográfica requer um envolvimento do indivíduo em suas emoções, seu corpo, seus hábitos, de modo tão total que ele venha a esquecê-la, exatamente como esquece sua própria vida psicológica”. A geograficidade permanece aceita e discreta, mais vivida que expressa.

Essa aceitação passiva e inconsciente da geograficidade pode, entretanto, ser rompida por encontros poderosos e semiconscientes com ambientes, por experiências intensas ou fracas ou simplesmente por experiências que estão suficientemente fora do ordinário para despertar a consciência geográfica. Nesses casos, há um despertar de consciência e uma direção da atenção aos espaços, paisagens e lugares, e aos problemas e qualidades que nos apresentam. Quando são positivas e agradáveis, elas são experiências de topofilia, mas quando são repulsivas, desagradáveis e negativas elas são experiências topofóbicas.

Para Gaston Bachelard, que aparentemente cunhou o termo, topofilia tem a ver com as experiências felizes sobre os espaços, mas Yu-Fu Tuan (1974) ampliou-o para incluir experiências mais agradáveis de paisagem e lugares (Bachelard, 1969:31). Topofilia é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão; envolve experiências extáticas dos lugares naturais e construídos pelo homem e os apelos mais persistentes e persuasivos de ambientes atrativos, como litorais e paisagens centrais. Em resumo, topofilia inclui qualquer coisa dos ambientes que nos faça senti-los como estar nos relaxando ou estimulando, e tudo o que nas nossas atitudes ou costumes nos capacite a experimentar locais como dando-nos prazer. A importância da topofilia na experiência ambiental está explícita em muitas formas de recreação ao ar livre, na pintura de paisagem e na fotografia, no que se refere aos arquitetos e planejadores no criar projetos esteticamente satisfatórios; mas sua importância também é conhecida por todos os que se preocupam, mesmo ocasionalmente, em atentar ao mundo que o circunda.

Entretanto, topofilia provê apenas uma descrição parcial da geograficidade semiconsciente, porque muitos de nossos encontros com os nossos mundos-vividos estão longe de serem agradáveis. Por causa do costume, das circunstâncias, ou do próprio ambiente, as experiências de paisagem e de lugar podem ser topofóbicas. Literalmente, isso significará que estamos com receio ou medo delas, e rejeitados por elas, mas exatamente como o

significado de topofilia foi ampliado, parece ser permissível estender a definição de topofobia para incluir todas as experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão⁽¹⁰⁾.

Sob muitos aspectos, topofobia é o oposto de topofilia. Os componentes de topofilia, ambientes de atração persistente, o prazer ganho nos encontros diretos com a natureza ou conhecendo o mundo através da boa saúde e familiaridade, tudo tem um equivalente topofóbico. Há paisagens de rejeição persistente, por exemplo, as "paisagens de morte" no Nordeste do Brasil, descritas por Josué de Castro, ou as paisagens das áreas das minas de carvão dos Apalaches. Nesses distritos apalachianos estimaram-se que 50 por cento da população sofrem de depressão (comparado com o valor de cerca de 4 por cento para os Estados Unidos), e um médico local oferece uma explanação: "Eu me sinto deprimido aqui por causa do modo de como as coisas parecem. Isso inclui as estradas, moradias, tudo" (McCarthy, 1976:71). Em tais casos, como em cortiços e guetos, a completa feiura da paisagem e a depressão de seus habitantes presumivelmente reforçam um ao outro num ciclo vicioso.

Longe de serem excitantes e divertidas, as experiências da natureza podem freqüentemente ser cheias de ansiedade e pânico, como quando o tempo repentinamente piora, cai a noite ou se perdemos nosso caminho. E se estamos doentes ou acabrunhados o mundo apresenta uma face deformada. Assim o narrador das "Notas do submundo", de Dostoevsky, tem o "infortúnio particular de habitar Petersburg, a mais abstrata e intensional cidade do mundo", e não vê nada em seu mundo que seja atrativo (Dostoevsky, 1960:6). E quando o mundo não é familiar mas estranho, amorfo e caótico, nossa reação é quase certamente a de repulsão e retrocesso, como na descrição da floresta tropical feita por Malraux, no *The Royal Way*: "Aqui tudo se conflitava, tentando assimilar-se com os arredores, cuja repugnância, embora fascinante como os olhos de um cretino, trabalhava nos nervos com o mesmo poder obsceno de atração, como as aranhas dependuradas lá entre os galhos" (Malraux, 1935:85).

Topofobia, como topofilia, está associada com o caráter das paisagens e dos espaços, e com as atitudes daqueles experienciando a paisagem. Isso significa que, como a aparência de um local particular se altera, também nossas atitudes e modos se

(10) Oxford English Dictionary, edição de 1933, verbete sobre "topo"; "topofobia": medo mórbido de algum lugar. Estritamente isso é muito forte para o significado que pretendo e alguma palavra composta, tal como "topodystopathy" seria mais precisa, embora também seja grosseira. Desde que no uso comum "phobia" significa desgosto ou aversão, eu prefiro "topofobia".

modificam, de maneira que nossa experiência pode variar de topofílica a topofóbica e vice-versa). Eric Dardel (1952:47-48) citou, a partir de uma novela de Sally Salminen, o caso em que uma jovem ouve a descrição de um lugar que lhe parece muito mais atrativo do que o local onde vive: "Esse local onde ela vivia tão inocentemente, repentinamente pareceu triste e pobre. A monotonia da planura de sua terra desgostou-a. Nem os campos de centeio, nem os de batatas poderiam mais deleitar seus olhos". Tal desencantamento repentino talvez seja o oposto do pico de experiência de topofilia. Isso não é tão desejável, claro, mas como em todas as experiências topofóbicas, não há maneira que possa ser facilmente evitada ou utilizada. Geograficidade envolve os bons e maus encontros com os ambientes e, de fato, pode bem ser que a atração de um e o desgosto pelo outro adquiram suas forças e qualidades através da comparação.

É muito simples argumentar que a geograficidade consiste apenas de um profundo vínculo inconsciente ao local e às duas relativamente semiconscientes e opostas experiências de topofilia e topofobia. De fato, é provável que a geograficidade seja fenômeno muito complexo, com muitas formas, e isso pode ser previsto a partir da variedade de atitudes que as pessoas têm para com os seus mundos-vividos. Dardel (1952:49) escreve: "No mesmo contexto geográfico uma pessoa pode abandonar-se na confusão de uma multiplicidade de detalhes, enquanto outra seleciona, a partir do contexto de muitos aspectos insignificantes, e concentra seu interesse numa forma dominante e assim fornece uma estrutura para a realidade geográfica".

O fato de que a geograficidade é muito modificada pela visão habitual e rápida, talvez seja mais importante que o reconhecimento da complexidade — vemos e sentimos aquilo que estamos preparados para ver ou desejando ver, e o excepcional talvez seja notado, mas rapidamente é reduzido ao lugar-comum. Além disso a geograficidade está, como uma relação com o mundo-vivido e como o mundo-vivido, constantemente sendo obscurecida por conceitos, idéias e explicações. Para parafrasear o compositor John Cage (1961:10), ouvimos apenas os nomes dos sons e vemos apenas os nomes das coisas, freqüentemente enfileirados em ordem objetiva e raramente tocando ou tocado por nós em qualquer modo pessoal. Como conseqüência, a relação e a experiência da geograficidade cessam de ser de profundo envolvimento e significado; espaços são um pouco mais que vazios entre objetos, paisagem é o cenário de fundo e lugares são simplesmente localizações das atividades.

“Eu sei que você tem uma filosofia, cada um e todos vocês”, declarou William James vigorosamente em *Pragmatism*, “e a coisa mais interessante e importante sobre você é a maneira pela qual ela determina a perspectiva em seus vários mundos. ... A filosofia que é tão importante em cada um de nós, não é um assunto técnico; é o nosso senso mais ou menos silencioso sobre o que a vida honesta e profundamente significa” (James, 1955:17-18). Uma parte, a parte central, dessas filosofias e perspectivas é a geograficidade — a relação que necessariamente temos com o mundo através dos espaços, paisagens e lugares que encontramos nas nossas vidas diárias. Geograficidade compreende nossas atitudes ambientais e respostas imediatas ao ambiente, e facilmente tomada por certa. Justamente como William James observou, ela não é “um assunto técnico”, por ser conhecida através da experiência, não da definição, e nenhuma abordagem científica racionalista fará justiça à variedade, significância e particularidade que são a essência da geograficidade. Em seu lugar, torna-se necessário o método fenomenológico, ou similar, que respeita a riqueza e a complexidade do mundo-vivido e, desse modo, um método usado com sensibilidade revelaria uma enorme riqueza de experiências ambientais pré-conscientes.

O reconhecimento e a elaboração da geograficidade apresentam importantes implicações para compreender a natureza da *Geografia* e para compreender o caráter de nossas próprias experiências geográficas. Como consciência ambiental pré-científica, a geograficidade constitui a origem de muitas disciplinas ambientais formais e de seus conceitos — arquitetura da paisagem, análise urbana, ciências naturais, geologia, meteorologia, pintura de paisagem, todas derivam em parte, pelo menos, desse encontro inicial com o mundo. Mas é para a *Geografia*, como uma disciplina intelectual formal, que geograficidade constitui a base fenomenológica mais completa; não apenas podem tais conceitos geográficos centrais, como espaço, paisagem e lugar, serem traçados retroativamente até essa fonte, mas a amplitude da geograficidade é mantida mais completamente na *Geografia* do que em outras disciplinas.

A força e significância desse vínculo entre *Geografia* e suas bases fenomenológicas é, entretanto, um assunto de interpretação. Geógrafos cientificamente orientados descreveram a fenomenologia como “uma distração” e como “tumulto contra-revolucionário”, enquanto ao mesmo tempo colocam grande ênfase na definição de conceitos e formulação de explicações (King, 1976:295; Harvey, 1972:40). Claramente para eles a ligação, se fosse considerada como existente, deveria ser rompida, ignora-

da e transcendida. Mas para Eric Dardel, escrevendo em 1952, a ligação era forte, positiva e inevitável: “Explanatória ou descritiva, a geografia permanece profundamente ligada ao real”, e em *Geografia*, assevera, “é impossível eliminar todo valor moral e estético, ou suprimir inteiramente o “ponto de vista” do qual a realidade geográfica é envolvida, ou apagar a subjetividade do sujeito para quem a realidade se torna realidade” (Dardel, 1952:120). Se essa visão de Dardel for aceita, então não é possível entender *Geografia* como um corpo de fatos ou localidades, objetivamente descritíveis e relatados por certas teorias; portanto, não é mais possível falar da *Geografia* de qualquer coisa ou de qualquer lugar. Toda *Geografia* tem de ser entendida como uma interpretação, na qual, por exemplo, há muitas *Geografias* sobrepostas e corretas sobre o Canadá — a minha, a sua, a do Governo Federal, a de Wreford Watson — e o valor e a correção dependem da qualidade da interpretação que oferecem, tanto quanto do nosso interesse sobre elas.

Tais assuntos são de considerável significância epistemológica para a *Geografia*, mas a identificação da geograficidade tem ainda implicações mais amplas, por ela ter a ver com o modo pelo qual vivemos no mundo, e com a qualidade das nossas experiências ambientais. Ao final do século dezoito, Wordsworth lamentou que “uma multiplicidade de causas, desconhecida nas épocas anteriores, está agora atuando com uma força combinada para abrandar os poderes discriminadores da mente e, tornando-se imprópria para todo esforço voluntário, para reduzi-la ao estado aproximado de torpor selvagem” (Wordsworth, 1920:214). Não temos razão para acreditar que esse torpor, causalidade e preguiça em nossa consciência de paisagens, lugares e espaços seja menos prevalescente nos dias atuais. Qualquer trabalho fenomenológico da geograficidade revelaria seguramente não apenas uma riqueza de experiências pré-científicas, mas também uma riqueza de significados, que são ignorados e descartados como triviais. Revelaria, portanto, o grau da insensibilidade ambiental que alcançam, não somente como geógrafos teóricos ou engenheiros, mas como indivíduos em nossos mundos-vividos.

Não há nenhuma dúvida para quem a insensibilidade ambiental está fora de cogitação. Mas para aqueles que, para retornar a frase de William James, reconhecem isso como prejudicial ao seu “senso do que a vida honesta e profundamente significa” é essencial prestar atenção na maneira pela qual “a realidade geográfica vem reverberar dentro de nós” (Dardel, 1952:53) e estar atento ao como respondem aos espaços, paisagens e lugares. “Qualquer um que inspecione o mundo em torno de si é, em alguma medida, um geógrafo”, escreveu David Lowenthal (1961:242). Presumivelmente, aqueles que não inspecionam seus

mundos não são geógrafos, exceto num sentido pobre; eles conhecem escassamente a variedade, a cor, os padrões e as formas das paisagens, e nem conhecem os prazeres da topofilia e os desprazeres da topofobia. Para eles o mundo é monótono e, por isso, a sua Existência é mais empobrecida.

BIBLIOGRAFIA

- Ad Hoc Committee (1965) *The Science of Geography*; National Academy of Science.
- Ardalan, N. e Bakhtiar, L. (1973) *A sense of Unity: The Sufi Tradition in Persias Architecture*; University of Chicago Press, Chicago.
- Bachelard, G. (1969) *The Poetics of Space*; Beacon Press, Boston.
- Berg, J. H. van der (1965) "The Subject and his Landscape", in *The Age of Complexity*, (H. Kohl, ed.), Mentor, New York.
- Blache, P. V. de la (1913) "Des Caractères Distinctifs de la Géographie", *Annales de Géographie*, vol. 22, p. 299.
- Cage, J. (1961) *Silence*; Wesleyan University Press, Middletown-Conn.
- Castro, J. de (1966) *Death in the North-East*; Random House, New York.
- Cellini, B. (1927) *Autobiography*; The Modern Library, New York.
- Cirlot, J. E. (1962) *A Dictionary of Symbols*; Routledge, Kegan, Paul, London.
- Clarè, K. (1949) *Landscape into Art*; John Murray, London.
- Dardel, E. (1952) *L'Homme et la Terre: Nature de la Réalité Géographique*; Presses Universitaires de France, Paris.
- Dostoevsky, F. (1960) *Notes from Underground*; E. P. Dutton, New York.
- Dufrenne, M. (1967) *Esthétique et Philosophie*; Editions Klincks, Paris.
- Gould, P. e Whitte, R. (1974) *Mental Maps*; Penguin Books, Harmondsworth.
- Grigson, G. (1962) *Gehard Manley Hopkins*; published for the British Council and National Book League by Longmans, Green and Co., London.
- Gurgitch, A. (1970) "Problems of the Life-World", in *Phenomenology and Social Reality*; (M. Natanson, ed.), Martius Nijhoff, The Hague.
- Harvey, D. (1972) "Revolutionary and Counter-Revolutionary Theory and the Problem of Ghetto Formation", in *Antipode*, 4(2):1-12.
- Heidegger, M. (1962) *Being and Time*; Harper and Row, New York.
- (1975) *Poetry, Language, Thought*; Harper Colophon, New York.
- Husserl, E. (1970) *The Crisis of European Science and Transcendental Phenomenology*; Northwestern University Press, New York.
- Hyams, E. (1971) *Capability Brown and Humphrey Repton*; Charles Scribner's, New York
- Ihde, D. (1973) *Sense and Significance*; Duquesne University Press, Pittsburgh.
- James, W. (1965) *Pragmatism*; The World Publishing Co., Cleveland.
- King, L. (1976) "Towards a More Positive Economic Geography", in *Annals*, Association of American Geographers, 66(2):293-308.
- Knight, R. P. (1972) *The landscape*; Gregg International, Hants, Farnborough.
- Laski, M. (1961) *Ecstasy*; Barrie and Jenkis, London.
- Lowenthal, D. (1961) "Geography, Experience and Imagination: Towards a Geographical Epistemology", *Annals*, Association of American Geographers, 51(3):241-260.
- Malraux, A. (1935) *The Royal Way*; Random House, New York.

- Marx, K. (1972) *The Essential Writings*; (ed. F. L. Bender), Harper & Row, New York.
- Matore, G. (1962) *L'Espace Humain*; La Colombe, Paris.
- Mayerhoff, M. (1972) *On Caring*; Harper & Row, New York.
- McCarthy, C. (1976) "Who's Who in Appalachia", *Atlantic Monthly*, July.
- McDermott, J. (1972) "Nature, Nostalgia and the City", *Soudings*, 55.
- (1974) "Space, Time and Touch", *Soudings*, 57(3).
- Merleau-Ponty, M. (1962) *The Structure of Behaviour*; Beacon Press, Boston.
- (1962) *The Phenomenology of Perception*; Routledge, Kegan, Paul, London.
- (1964) "Cézane's Doubt", in *Sense and Nonsense*, Northwestern University Press, Evanston.
- Murdoch, I. (1967) *Sartre*; Fontana, London.
- Oyler, P. (1950) *The Generous Earth*; Penguin, Harmondsworth.
- Paassen, C. van (1957) *The Classical Tradition of Modern Geography*; J. B. Wolters, Groningen.
- Ponge, F. (1972) "Water", in *The Voice of Things*; Mc Graw-Hill, New York.
- Sartre, J. P. (1965) *Being and Nothingness*, Citadel Press, New York.
- Sauer, C. (1963) "The Morphology of Landscape", in *Land and Life: A Selection from the Writings of Carl O. Sauer*; (J. E. Leighly ed.), University of California Press, Berkeley.
- Schrag, O. (1969) *Experience and Being*; Northwestern University Press, Evanston.
- Schut, A. (1962) *Collected Papers*; Martius Nijhoff, The Hague.
- Spiegelberg, H. (1975) *Doing Phenomenology*; Martius Nijhoff, The Hague.
- Tao te Ching Book 1, section XI.
- Tuan, Yi-Fu (1974) *Topophilia*; Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- (1975) "Space and Place: Humanistic Perspective", *Progress in Geography*, vol. 6, pp. 212-252.
- Venturi, R. (1966) *Complexity and Contradiction in Architecture*, Museum of Modern Art Papers on Modern Architecture, n.º 1, pp. 37-38.
- Vycinas, V. (1969) *Earth and Gods*; Martius Nijhoff, The Hague.
- Wasserman, J. (1947) *My Life as a German and a Jew*, cited in H. Miller, *Remember to Remember*, New Direction Books, Norfolk, Conn.
- Wild, J. (1963) *Existence and the World of Freedom*; Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- Wordsworth, W. (1920) "Lyrical Ballads", in *Selections from Wordsworth* (D. C. Somerwell ed.); J. M. Dent, London.